



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

CORTE ESPECIAL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AÇÃO RESCISÓRIA Nº 71649-2

EMBARGANTE: APOLÔNIO JOSÉ DE ALMEIDA E OUTROS

EMBARGADO: ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AÇÃO RESCISÓRIA. ERROS MATERIAIS. CORREÇÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO EXPRESSA DE UM DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. FUNDAMENTAÇÃO QUE PERMITE A IDENTIFICAÇÃO. PEDIDOS INFUNDADOS DE ESCLARECIMENTOS.

- O emprego equivocado de termo na ementa do acórdão, bem como a referência equivocada à legislação são passíveis de correção em embargos de declaração.
- Não merece ser suprida a ausência de menção expressa a um dos dispositivos apontados como violado em sede de ação rescisória, quando é possível identificá-lo a partir da fundamentação aduzida na petição inicial.
- As divergências de entendimento entre os membros do órgão colegiado não podem ser objeto de embargos de declaração, constituindo-se em fase natural do processo de julgamento.
- Embargos parcialmente acolhidos.

ACÓRDÃO

ACORDAM os Desembargadores componentes da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em acolher parcialmente os embargos de declaração, tudo consoante relatório e votos digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife,

23/09/2013

Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
 Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
 Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

CORTE ESPECIAL
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AÇÃO RESCISÓRIA Nº 71649-2
EMBARGANTE: APOLÔNIO JOSÉ DE ALMEIDA E OUTROS
EMBARGADO: ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos Declaratórios opostos por Apolônio José de Almeida e outros, em face de acórdão desta Corte Especial, que julgou procedente a Ação Rescisória ajuizada pelo Estado de Pernambuco.

Argumenta o embargante que o acórdão é obscuro, contraditório e omissivo, pelo que requer o seu provimento para que sejam sanados os referidos vícios.

Sustenta que:

1. A ementa contém equívoco ao mencionar em seu corpo o termo "subsídio", quando de subsídio não tratam os presentes autos;
2. O acórdão é contraditório ao fazer referência à Lei Estadual 11.200/95, a qual dispõe sobre os servidores do Poder Executivo, não dizendo respeito aos embargantes – servidores do Poder Judiciário.
3. Alega que o julgado não indicou especificamente qual o dispositivo da LC 13/95 foi tido por violado pelo acórdão objeto da ação rescisória.
4. Há obscuridade quanto às consequências do ato atacado pelo Mandado de Segurança originário. Argumenta que não ficou claro no julgamento se houve decurso remuneratório ou congelamento.

Por essas razões, pede o embargante o acolhimento dos aclaratórios, para que sejam corrigidos os vícios apontados.

É o relatório.

Recife, 23/09/13

Leopoldo de Arruda Raposo- Desembargador Relator

751
66



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

CORTE ESPECIAL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA AÇÃO RESCISÓRIA Nº 71649-2

EMBARGANTE: APOLÔNIO JOSÉ DE ALMEIDA E OUTROS

EMBARGADO: ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

VOTO

Os embargos devem ser parcialmente acolhidos.

Há que se retificar a ementa. Onde se lê "subsídio", leia-se "parcela autônoma". Também deve ser esclarecido que quando o julgado faz referência à Lei 11.200/95, está em verdade se referindo à Lei 11.204/95, que disciplina a remuneração dos cargos de provimento em comissão do Poder Judiciário.

No mais, não devem ser acolhidos os embargos. Não há necessidade de indicação expressa do dispositivo violado, quando da argumentação desenvolvida na peça, é possível se extrair o fundamento do pedido formulado na ação rescisória. Nesse sentido, foi o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"A teor de inúmeros precedentes deste Superior Tribunal de Justiça, "o julgamento da causa não resta frustrado ante a ausência de expressa indicação do dispositivo legal em que a parte autora ampara sua pretensão, quando há fundamentação suficiente para se inferir o pedido rescisório" (AR 3.562/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/04/2013, DJe 03/05/2013).

O embargante defende, por fim, a necessidade de esclarecimentos em virtude da contradição entre os membros do colegiado acerca da caracterização de "congelamento" ou de decurso remuneratório, em decorrência do ato administrativo impugnado no mandado de segurança. Todavia, tais divergências entre os membros do colegiado são parte do processo de julgamento, não sendo passíveis de discussão em sede de embargos declaratórios.

Ante o exposto, voto pelo acolhimento parcial dos embargos, tão somente para corrigir os erros materiais indicados.

Recife,

23/09/13

Leopoldo de Arruda Raposo - Desembargador Relator